



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2015
RELATÓRIO**

3º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE DUQUE DE CAXIAS/RJ

Juíza Federal Titular: DRª MARIA DE LOURDES COUTINHO TAVARES

Juíza Federal Substituta: DRª RENATA COSTA MOREIRA MUSSE LOPES

Partindo de levantamentos realizados no questionário pré-correição, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 17 até 21 de agosto de 2015, a correição ordinária eletrônica do 03º Juizado Especial Federal de Duque de Caxias/RJ, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada:

RECOMENDAÇÕES:

1. Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, principalmente dando andamento aos processos que se encontram parados.
2. Efetuar a imediata conclusão dos processos ao juiz, após a juntada de petições/cumprimento de diligências.
3. Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias.
4. Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido.
5. Verificar os processos suspensos, cujo motivo para suspensão já tenha cessado, ou tenha sido cadastrado equivocadamente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

6. Revisar a classificação das sentenças proferidas no último ano (de agosto de 2014 a agosto de 2015), classificadas como tipo “A”, de fundamentação individualizada, considerando a identificação de amostras classificadas equivocadamente.
7. Observar a correta classificação das próximas sentenças proferidas, em especial as consideradas de fundamentação individualizada. Evitar, ainda, a classificação como “vazias”, cadastrando corretamente o tipo de sentença proferida.
8. Regularizar o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, sem tal fase informada.
9. Regularizar as informações sobre materiais apreendidos/acautelados no Sistema Apolo, cadastrando os bens nesta situação e informando, onde não constar, o objeto do acautelamento, a correta localização e eventual baixa.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

➔ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

A Defensoria Pública da União, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 99-DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 27/05/2015, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

De acordo com a Portaria PR-RJ n.º 823, de 06/07/2015, o Procurador da República Dr. Douglas Santos Araújo foi designado para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha comparecido pessoalmente na sede desta Corregedoria para tanto.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)

Divisão dos processos: Os processos são divididos observando as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e ao Juiz Substituto, os ímpares.

. Titular: Dr^a **MARIA DE LOURDES COUTINHO TAVARES**, em exercício desde 07/07/2011.

. Substituto: Dr^a **RENATA COSTA MOREIRA MUSSE LOPES**, em exercício desde 07/01/2013.

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores: 10

Analistas Judiciários: 01

Técnicos Judiciários: 07

Técnico Judiciário/Segurança: 02

Auxiliar Judiciário: 00

Estagiários: 04

Fonte: Questionário pré-correição e Mapa: Planilha Apolo Excel – Intimados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **ACERVO TOTAL**
(artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo Juizados	junho/2013	Correição Ago/2015
Total	5.241	4.026
Suspensos	44	1.191
Tramitação ajustada	5.197	2.835

ACERVO TOTAL: CÍVEL + CRIMINAL = 2.835

MATÉRIA CÍVEL:

Total: 2.011
Suspensos: 595
Em tramitação: 1.416

MATÉRIA CRIMINAL:

Total: 2.015
Suspensos: 596
Em tramitação: 1.419

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em 2013 e Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de agosto/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS
(art. 181 da CNCR)

Total de atos processuais intimados (01/08/2014 até 31/07/2015):

Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	11.734	68,61	3
Decisão	2.099	12,27	3
Sentença	3.270	19,12	5
Total Geral	17.103	100,00	4

Mapas: Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, Planilha Apolo Excel – Intimados. Posição em 12/08/2015.

→ METAS DO CNJ

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

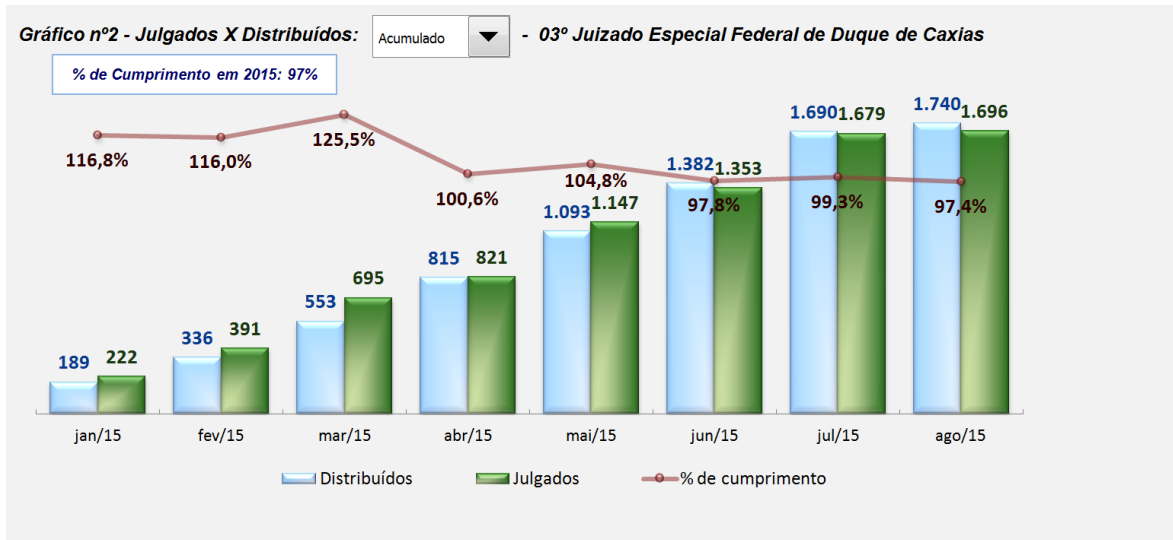
I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 13/05/2015, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 97%**, como ilustra o gráfico a seguir:



II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Situação: Constan 12 processos pendentes de julgamento:

➔ Autuados até 2010: 01 processos:

- 1) 00083530420104025168 – Trata-se de Ação previdenciária, protocolada em 10/08/2010. Indeferida a antecipação dos efeitos da tutela e determinada a citação dos réus, em 03/09/10. Declinada a competência do feito em 12/08/2014, diante da necessidade da citação por edital. Suscitado conflito negativo de dependência em 04/11/2014. Decisão no conflito de competência em 18/06/2015. Concluso para despacho desde 15/08/2015, com minuta assinada no Apolo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ Autuados até 2011: 04 processos

- 1) 00060499520114025168 – Trata-se de Ação objetivando benefício previdenciário, protocolada em 30/11/2011. Determinada a citação em 11/01/2012. Feito convertido em diligência em 18/07/2012, para determinar a apresentação de documentos pela agência de providência social. Feito convertido em diligência em 08/08/2013, para que fossem trazidas cópias legíveis da CTPS do autor. Homologada a habilitação em 28/02/2014. Feito suspenso em 23/03/2014, por 30 dias. Nova suspensão em 13/10/2014, por 60 dias. Nova determinação para que fossem trazidas cópias legíveis da CTPS do autor em 25/11/2014. Em 11/05/2015, foi determinado o sobrestamento do feito por 60 dias para apresentação de documentação pela parte autora. Deferida a dilação de prazo por 30 dias, em 14/08/2015.
- 2) 00044147920114025168 – Trata-se de ação que tem por objeto Imposto de Renda de pessoa física, protocolada em 19/08/2011. Determinada a citação em 06/09/2011. Sentença, em 06/06/2012, julgando extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, IV do CPC. Decisão em 19/08/2013, reconsiderando a sentença de extinção e determinando a citação do réu. Decretada a revelia da ré em 26/02/2015. Determinada a apresentação de documentação em 30/04/2015 e novamente em 06/07/2015. Última movimentação foi expedição de mandado, em 09/07/2015.
- 3) 00110506820114025101 – Trata-se de declaração de morte presumida, protocolada em 03/08/2011. Decisão de declínio de competência da 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em 12/08/2011. Decisão de declínio de competência do 08º JEF do Rio de Janeiro, em 02/09/2011. Determinada a citação em 24/10/2011. Sentença convertida em diligência em 02/07/2013, para determinar a expedição de ofícios na tentativa de localizar o beneficiário, de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

acordo com o requerido pelo MPF. Vista ao MPF em 27/07/2015. Último movimento foi a devolução de remessa em 12/08/2015, **estando parado desde então.**

- 4) 00040345620114025168 – Trata-se de pedido de revisão de pensão por morte, protocolada em 02/08/2011. Determinada a citação em 01/09/2011. Sentença convertida em diligência para determinar a citação do outro beneficiário da pensão, em 02/09/2013. Designada audiência de instrução e julgamento para 05/03/2015. Determinado ao INSS a apresentação de documentação em 07/07/2015 e 22/07/2015. Última movimentação foi juntada em 10/08/2015. **estando parado desde então.**

➔ **Autuados até 2012: 07 processos**

- 1) 00052302720124025168 – Trata-se de processo objetivando a restituição de descontos indevidos, protocolada em 20/09/2012. Determinada a citação em 14/10/2012. Decisão em 02/05/2013, deferindo a liminar. Determinada a comprovação do cumprimento da liminar, em 18/12/2013, sob pena de multa diária. Designada audiência para o dia 24/03/2015, cancelada em 23/03/2015. Concluso para sentença desde 26/07/2015, sem minuta no Apolo;
- 2) 00040572120124025118 – Trata-se de ação de responsabilidade civil, referente a direito do consumidor, protocolada em 15/06/2012 e distribuída à 01ª VF de Duque de Caxias. Determinada a citação em 19/07/2012. Sentença convertida em diligência, em 28/04/2013, para que a CEF junte documentação aos autos. Decisão em 20/03/2014, declinando a competência em favor de um dos JEF. Suspenso o feito por 30 dias, diante do falecimento do autor, em 30/05/2014 e 16/10/2014. Último movimento foi certidão de decurso de prazo, sem manifestação da parte autora, em 05/08/2015, **estando parado desde então.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 3) 00034376720114025110 – Trata-se de ação objetivando diferenças relativas à pensão civil, protocolada em 10/10/2011 e distribuída ao 2º JEF de S. J. de Meriti. Decisão em 24/02/2012, determinando a remessa dos autos ao 3º JEF de Duque de Caxias. Determinada a citação em 03/07/2012. Sentença convertida em diligência, em 16/11/2012, para determinar a citação. Determinado à UFRJ a apresentação de documentos em 19/12/2013, que somente foi apresentada em 11/03/2015. Concluso para sentença desde 26/07/2015, sem minuta no Apolo.
- 4) 00026468420124025168 – Trata-se de ação objetivando diferenças referentes a proventos de militar, protocolado em 18/05/2012. Determinada a citação em 07/12/2012. Sentença convertida em diligência, em 04/12/2013, para a ré apresente documentos. Remetidos para contadoria, em 19/11/2014 e 13/05/2015. Concluso para sentença desde 26/07/2015, sem minuta no Apolo.
- 5) 00018775620124025110 – Trata-se de ação objetivando o reconhecimento de união estável, bem como a implementação de benefício de pensão por morte, protocolada em 14/06/2012 e distribuída para a 3ª VF de S. J. de Meriti. Decisão em 27/08/2012, determinando a distribuição dos autos a um dos JEFs de Duque de Caxias. Feito convertido em diligência, em 12/06/2013, para designar audiência pra 31/10/2013, redesignada para 12/11/2013. Feito chamado a ordem, em 21/08/2013, para determinar a citação das rés. Audiência redesignada para 10/12/2013 e, posteriormente para 30/01/2014. Declínio de competência em 09/07/2014, para uma das Varas Federais da própria subseção. Suscitado conflito negativo de competência em 20/08/2014. Decisão do TRF 2ª Região em 25/03/2015. Concluso para sentença desde 26/07/2015, sem minuta no Apolo.
- 6) 00015382020124025168 – Trata-se de ação objetivando revisão de benefício previdenciário, protocolado em 10/04/2012. Determinada a citação em 02/05/2012. Feito convertido em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

juízo para determinar a remessa dos autos ao contador, em 10/10/2003, 08/05/2014 e 29/09/2014 e 15/01/2015. Último movimento foi devolução de remessa em 03/08/2015, **estando parado desde então.**

- 7) 00009086120124025168 – Trata-se de declaração de morte presumida, protocolada em 29/02/2012. Indeferida a antecipação de tutela e determinada a citação em 08/03/2012. Designada audiência para 28/02/2013, na qual foi deferido requerimento de informações do MP. Último movimento foi a expedição de Ofício, em 07/08/2015.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 13/08/2015, e consultas ao Sistema Apolo, **posição até agosto/2015.**

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

Não se aplica.

IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

Não se aplica.

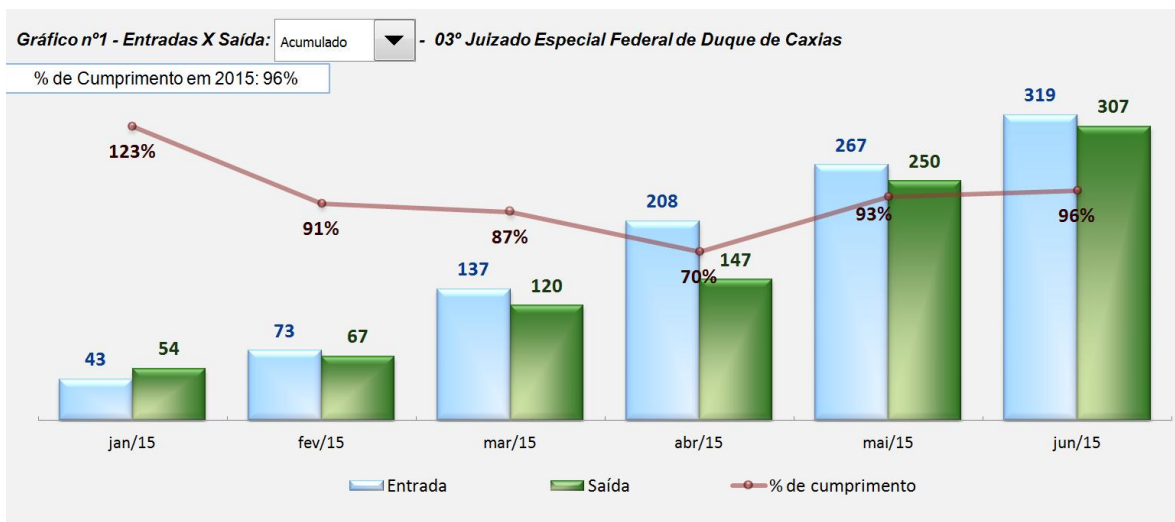


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 12/08/15, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 96%**, como ilustra o gráfico a seguir:



VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

(Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau)

Não se aplica.

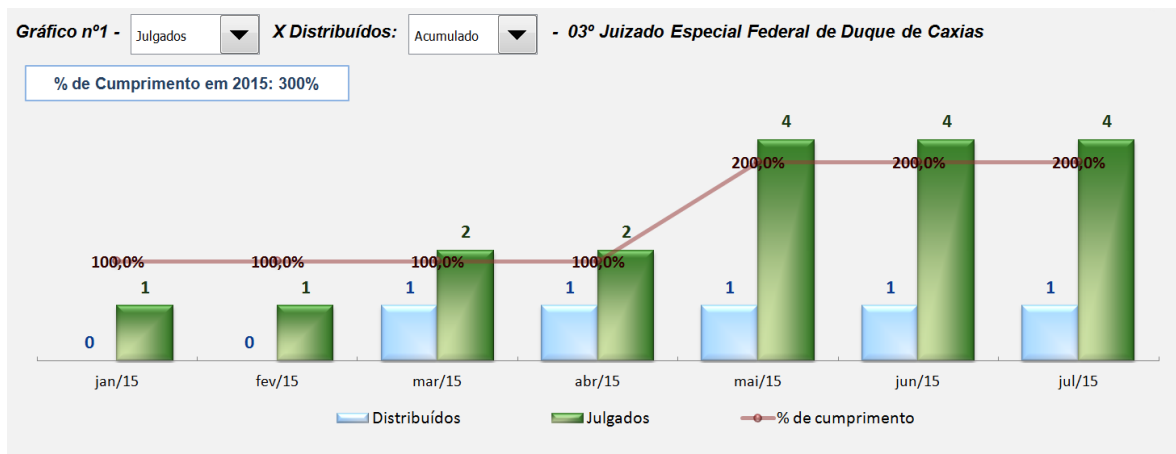


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

VII – METAS ESPECÍFICAS PARA 2015:

A) Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 12/08/15, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 200%**, como ilustra o gráfico a seguir:



B) Identificar e julgar até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2013.

Não se aplica.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 12/08/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **AUDIÊNCIAS (DE 03/08/2014 A 04/08/2015)**
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 287 audiências agendadas e 264 audiências realizadas.

Fonte:, Questionário pré correição.

➔ **PROCESSAMENTO DE FEITOS**

1. INICIAIS
(Artigos 305 a 316 da CNCR)

Observa-se no sistema processual Apolo a existência do escaninho virtual “Iniciais/Caixa Econômica Federal”, com zero documento, em 18/08/2015, às 14:50h.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

2. BALCÃO DE ENTRADA

03 Documentos, sendo o mais antigo de 18/08/2015, às 14:35h.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 18/08/15, às 14:46h.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Segundo o Questionário de Pré-correição, o procedimento adotado para análise das iniciais/prevenção é “*IMEDIATO*”.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.9, encaminhado através do Ofício n.º **JFRJ-OFI-2015/11009**, de 07/08/2015.

4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO: (Arts. 227 da CNCR)

- a. P/ DESPACHO HÁ MAIS DE 30 DIAS: 00
- b. P/ DECISÃO HÁ MAIS DE 60 DIAS: 00
- c. P/ SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS: 00

Observação: Em análise dos locais virtuais da vara, observa-se a existência de escaninhos virtuais onde alguns processos ficam aguardando a abertura da conclusão para sentença, de onde selecionamos os seguintes:

AG. ABERTURA DE CLS P/ SENTENÇA (CEF / RESPONSABILIDADE CIVIL) – 10 processos, sendo o mais antigo de 20/08/2015.

SENTENÇA OUTROS – 09 processos, sendo o mais antigo de 31/07/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

MESA DO SERVIDOR JACKSON – 36 processos, sendo o mais antigo de 18/08/2015.

MESA DA SERVIDORA ALINE SCHAFER – 73 documentos, sendo o mais antigo de 26/07/2015.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição em 24/08/2015**

5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR)

Total: 35

- a. ENTRE 31 E 60 DIAS: 35
- b. HÁ MAIS DE 60 DIAS: 00

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

00182118320154025168 – Último movimento foi intimação por registro no sistema em 30/06/2015.

01261430420134025168 – Último movimento foi certidão da secretaria, em 08/07/2015.

01647259220144025118 - Último movimento foi certidão da secretaria, em 07/08/2015.

00266014220154025168 - Último movimento foi certidão da secretaria, em 07/08/2015

00444303620154025168 - Último movimento foi juntada, em 07/07/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 12/08/2015.**

**6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA
(Arts. 180 e 318 da CNCR)**

Aguardando juntada, em agosto/2015, 10 documentos, sendo o mais antigo de agosto/2015, referente ao processo n.º 00449609-1.2015.4.02.51.51.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 12/08/2015

**7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE
PRAZOS JUDICIAIS
(Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).**

Existem, entre outros, os seguintes locais virtuais:

AG. CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS (Ofícios e Mandados):
Existem 62 documentos, sendo o mais antigo de 02/07/2015.

AGUARDANDO RETORNO DE AR e CARTA PRECATÓRIA:
Existem 39 documentos, sendo o mais antigo de 07/07/2015.

PRAZOS EM GERAL: Existem 393 documentos, sendo o mais antigo de 23/06/2015.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 18/08/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC).

Existem, entre outros, os seguintes locais virtuais:

AGUARDANDO CADASTRAMENTO DE RPV: Existe 01 documento, de 05/08/2015.

EXPEDIR TELEGRAMA - (Intimação do autor): Existem 16 documentos, sendo o mais antigo de 17/07/2015.

EXPEDIR MANDADO / OFÍCIO / SPH / ALVARÁ: Existem 21 documentos, sendo o mais antigo de 10/08/2015.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.
– Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 18/08/2015.

9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA: (Art. 189 da CNCR)

a. Total em 12/08/2015:

Posição em	12/08/2015
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	0
Documento	0
Total Geral	0



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 12/08/15.**

10.PUBLICAÇÕES

(Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	08/2014 a 08/2015
	Processos	11.586
	Boletins	109
	Média (Proc. / Bol.)	106,29
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	5,22

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 12/08/15.

11. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam 113 processos com prazo vencido, sendo o mais antigo deles o de n.º 0037406-54.2015.4.02.5168, remetido ao INSS, em 18/05/2015.

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 12/08/2015, referente ao periodo de 01/01/1900 a 12/08/2015.

12.SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS E CRIMINAIS

a) Total de processos suspensos (em 12/08/2015):

- . Cíveis: 595
- . Criminais: 01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

b) Motivo da suspensão:

- Aguardando decisão de instância superior – 173
- Outros - Fase Conhecimento – 338
- Outros - Fase/Processo Execução - 05
- Repercussão geral (CPC, art. 543-B e § 1º) - 79

c) Análise dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

-Aguardando decisão de instância superior

00027622220144025168 - Suspenso desde a decisão de 22/09/2014, diante da decisão do STJ, nos autos do Recurso Especial nº 2013/0128946-0.

00010834020144025118 - Suspenso desde a decisão de 22/09/2014, diante da decisão do STJ, nos autos do Recurso Especial nº 2013/0128946-0.

01695221220144025151 - Suspenso desde a decisão de 22/09/2014, diante da decisão do STJ, nos autos do Recurso Especial nº 2013/0128946-0.

00241625820154025168 - Suspenso desde a decisão de 22/09/2014, diante da decisão do STJ, nos autos do Recurso Especial nº 2013/0128946-0.

00572213720154025168 - Suspenso desde a decisão de 22/09/2014, diante da decisão do STJ, nos autos do Recurso Especial nº 2013/0128946-0.

- Outros - Fase Conhecimento

00527264720154025168 - suspenso desde a decisão de 29/05/2015, aguardando laudo pericial, que já foi apresentado em 24/07/2015. **Não mais subsiste, portanto, salvo melhor juízo, motivo para a referida suspensão.**

05002143020154025168 - suspenso desde a decisão de 09/06/2015, aguardando laudo pericial.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

01384566020144025168 - suspenso desde a decisão de 18/06/2015, aguardando audiência.

00436231620154025168 - suspenso desde a decisão de 01/07/2015, aguardando laudo pericial, que já foi apresentado em 13/08/2015. **Não mais subsiste, portanto, salvo melhor juízo, motivo para a referida suspensão.**

00330238620154025118 - suspenso desde a decisão de 02/07/2015, aguardando manifestação da parte autora.

- Outros - Fase/Processo Execução

00015543120134025170 – Suspenso diante da decisão de 29/05/2015.

00026100820134025168 – Suspenso diante da decisão de 30/07/2015.

00032905620144025168 - Suspenso diante da decisão de 03/08/2015.

- Repercussão geral (CPC, art. 543-B e § 1º)

00003156120144025168 - Suspenso desde a decisão de 28/02/2014, diante da decisão do STJ, nos autos do Recurso Especial nº 2013/0128946-0. **Salvo melhor Juízo, é caso de recurso repetitivo.**

00006351420144025168 - Suspenso desde a decisão de 27/02/2014, diante da decisão do STJ, nos autos do Recurso Especial nº 2013/0128946-0. **Salvo melhor Juízo, é caso de recurso repetitivo.**

01041774820144025168 - Suspenso desde a decisão de 24/03/2014, diante da decisão do STJ, nos autos do Recurso Especial nº 2013/0128946-0. **Salvo melhor Juízo, é caso de recurso repetitivo.**

01062231020144025168 - Suspenso desde a decisão de 27/02/2014, diante da decisão do STJ, nos autos do Recurso Especial nº 2013/0128946-0. **Salvo melhor Juízo, é caso de recurso repetitivo.**

01246522520144025168 - Suspenso desde a decisão de 20/05/2014, diante da decisão do STJ, nos autos do Recurso Especial nº 2013/0128946-0. **Salvo melhor Juízo, é caso de recurso repetitivo.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 12/08/2015 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 12/08/2015** .



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

13. SENTENÇAS:

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 3.270

1. PROCESSOS PARES: 1.650

- a. Convertidas em diligência: 22
- b. Embargos de declaração: 67
- c. Extinção da punibilidade – transação/cumprimento condições: 02
- d. Resolução de mérito:
 - i. Conciliação/transação homologada: 64
 - ii. Improcedente: 205
 - iii. Improcedente – dispensada citação: 63
 - iv. Procedente: 143
 - v. Procedente em parte: 63
 - vi. Reconhecida prescrição/decadência: 05
 - vii. Reconhecimento da procedência do pedido: 01
 - viii. Procedente com tutela deferida: 248
 - ix. Procedente com tutela deferida em parte: 01
 - x. Procedente em parte com tutela deferida: 43
- e. Sem resolução de mérito: 47
 - i. Denúncia/queixa rejeitada: 02
 - ii. Desistência da ação: 05
 - iii. Indeferimento da petição inicial: 05

f. Vazias: 664

2. PROCESSOS ÍMPARES: 1.620

- a. Convertidas em diligência: 08
- b. Declinada a competência: 01
- c. Embargos de declaração: 46



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- d. Resolução de mérito:
- i. Conciliação/transação homologada: 61
 - ii. Condenatória: 01
 - iii. Improcedente: 182
 - iv. Improcedente – dispensada citação: 64
 - v. Procedente: 116
 - vi. Procedente em parte: 45
 - vii. Reconhecida prescrição/decadência: 03
 - viii. Procedente com tutela deferida: 275
 - ix. Procedente em parte com tutela deferida: 42
- e. Sem resolução de mérito: 38
- i. Desistência da ação: 03
 - ii. Indeferimento da petição inicial: 07
- f. **Vazias: 728**

14. REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA (Res. 535/2006 do CJF)

Observa-se que o juízo correicionado não classifica adequadamente algumas sentenças, inclusive com inserção dos dados no sistema Apolo, de acordo com as determinações da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento nº 11/2011). Foram inspecionados os seguintes processos:

- 1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):**
- 0155479-19.2014.4.02.5168 (**GDATEM**)
 - 0500090-47.2015.4.02.5168 (**Auxílio Doença**)
 - 0004491-30.2007.4.02.5168 (**Taxa progressiva FGTS**)
 - 0155344-07.2014.4.02.5168 (**Auxílio doença**)
 - 0500105-16.2015.4.02.5168 (**Auxílio doença**)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Observação: Analisando-se mais detidamente os processos, por amostragem, constataram-se equívocos na classificação das sentenças, uma vez que só o fato de se necessitar de perícia ou de uma breve análise do caso concreto, não afasta o fato de que se trata de matéria padronizada, em texto modelo. Conclui-se, portanto, que, em matéria que envolve tese repetitiva, não cabe a classificação do tipo A.

2. Sentenças tipo B-1 (homologatória de acordo):

0500098-24.2015.4.02.5168
0105087-75.2014.4.02.5168
0144305-47.2013.4.02.5168
0136996-91.2014.4.02.5118
0136794-61.2014.4.02.5168

3. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

0049715-10.2015.4.02.5168
0018830-13.2015.4.02.5168
0034480-03.2015.4.02.5168
0000872-04.2014.4.02.5118
0001485-68.2014.4.02.5168

4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

0003469-87.2014.4.02.5168
0001268-05.2014.4.02.5110
0167700-34.2014.4.02.5168
0167530-62.2014.4.02.5168
0079159-42.2015.4.02.5151

5. Sentenças tipo D-3 (rejeição de queixas):

0017218-81.2014.4.02.5101
0005898-61.2013.4.02.5168

6. Sentenças tipo E-1 (extintivas de punibilidade - art. 107, CP):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0004194-13.2013.4.02.5168

0005508-62.2011.4.02.5168

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, de 12/08/2015 e Mapa Estatística de Sentenças, constantes do módulo Secretaria, do Sistema Apolo, posição em 18/08/2015.

15. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS)

(Art. 217 da CNCR):

Segundo o questionário de pré-correição, há *“prioridade na prolação de sentenças de feitos de matéria de natureza alimentar (benefícios previdenciários), e de outras matérias onde a parte seja idosa, e de outras matérias, adotando como critério a data da distribuição da ação”*.

16. LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS DO GABINETE:

Segundo o questionário de pré-correição, é dada *“prioridade para prolação de sentenças para os processos com data de distribuição mais antiga e com data de conclusão mais antiga. Atualmente, fixamos o prazo máximo de 30 dias para prolação de sentenças a partir da data da conclusão, ressalvando que aqueles com data de distribuição mais antiga e os que voltaram para conclusão após a conversão de julgamento em diligências ganham mesmo grau de prioridade conferido ao critério da data da distribuição da ação”*.

Fonte: Questionário de pré-correição.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

17.EXECUÇÃO
(art. 333 da CNCR)

Fase 18:

			Trâmite	Total
Processos	Com Sentença	Informada	261	261
		Não Informada	319	319
		Não-Applicável	3	3
	Total		583	583

Regularizar o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados (319 processos) e com trânsito em julgado, sem tal fase informada.

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 14/08/15.

18.REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO – RPV E PRECATÓRIO (de 01/08/2014 a 31/07/2015).

(Art. 217, II, da CNCR)

- Total de requisições: 1.984
- Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 139 dias.

- RPV's: 1.923

. Cadastrados: 219



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. Enviados: 1.704

- Precatórios (Parcela única): 61

. Cadastrados: 01

. Enviados: 60

- Precatórios Parcelados: 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 12/08/15.

**→ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS
(Artigos 356 a 358 da CNCR)**

Total de processos com bens penhorados: 00

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.4.2.g; Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 12/08/15.

**→ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS
(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005)**

Total de acautelamentos/apreensões: 16

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

00023483420084025168

Apreendido/acautelado: Consta acautelamento/apreensão, **sem haver, s.m.j., nenhuma informação cadastrada no sistema Apolo.**

Data: 15/06/2010

Localização: **não informada**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Levantamento: **não informada**

00011750920074025168

Apreendido/acautelado: Consta acautelamento de documentos descritos na petição de fls. 370.

Data: 16/11/2010.

Localização: COFRE DO 03 JEF/DC

Levantamento: 29/08/2013

00025738320104025168

Apreendido/acautelado: CÓPIA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DO AUTOR (NB 145.413.775-1 DO AUTOR).

Data: 14/12/2010

Localização: COFRE DO 03 JEF/DC

Levantamento: 08/02/2013

00067026820094025168

Apreendido/acautelado: CTPS Nº 24846 - SÉRIE 404; (ano de emissão: 1974)

CTPS Nº 72389 - SÉRIE 027; (ano de emissão: 1982)

CTPS Nº 3498 - SÉRIE 039; (ano de emissão: 1984)

CTPS Nº 3498 - SÉRIE 039 (2ª VIA);(ano de emissão: 2001)

CTPS Nº 3498 - SÉRIE 039 (2ª VIA); 2007

Data: 15/06/2011

Localização: COFRE DO 03 JEF/DC

Levantamento: 04/08/2011

00087457520094025168

Apreendido/acautelado: AS CARTEIRAS DE SEBASTIANA CLEMENTINA ELOI.

Data: 02/08/2010

Localização: 03 JEF-DC

Levantamento: 09/08/2013

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado e consultas ao Apolo, **posição até 12/08/2015.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS
(ART. 147 a 151 CNCR)**

Não há dados a relatar, tendo em vista que a correição é realizada na forma eletrônica, e a Inspeção Anual do juízo correicionado foi marcada para 27 a 31 de julho (cf. Ofício jfrj-ofi-2015/08116), não tendo ainda sido encaminhado o relatório para esta Corregedoria.

→ ESPAÇO FÍSICO

Nada foi relatado sobre o espaço físico e instalações do juízo correicionado no Questionário pré-correição.

Fonte: Questionário pré-correição.

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

“Não vislumbro metas a serem alcançadas no prazo de um ano, e sim, num curto prazo (máximo 3 anos), a seguinte meta : encerrar o mês sem processos aguardando prolação de sentenças (conclusão de sentença zerada).”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Persistir na meta de, mensalmente, sentenciar número maior de processos, no intento de “zerar” a conclusão para sentença no final do mês, e baixar número maior de processos do que o número de processos distribuídos”.

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Tessa Karst Tavela, Mat. n.º 11.777